

Angola, o 27 de maio e os complôs: memórias à luz de conspirações¹

Angola, the May 27th and the plots: memories in the light of conspiracies

Marcela Santander

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

RESUMO

Este ensaio é resultado de reflexões que margeiam notas de cadernos de campo e de rodapés e abordam o contexto histórico e político do 27 de maio de 1977 em Angola, quando houve uma tentativa de golpe de Estado liderada por um ex-guerrilheiro nomeado ministro no governo do Movimento Popular de Libertação de Angola no pós-independência, Nito Alves. A relevância do trabalho reside em buscar por dinâmicas de conspiração e construção de inimigos, propondo uma análise que ultrapasse a suspeição e deslegitimação, e as perceba como evidências de disputas entre narrativas que buscam desestabilizar memórias políticas coletivas construídas como históricas. Tomando documentos como campo etnográfico, a pesquisa debruçou-se sobre materiais etnográficos, que incluem discursos oficiais publicados, reportagens da época, propagandas e publicações jornalísticas e (auto)biográficas de sobreviventes e familiares. Foram considerados documentos do período do pós-independência e mais recentes, quando houve um ressurgimento do tema, de meados de 2007 aos dias atuais. Meu objetivo é discutir de que maneira podemos pensar em temas liminares que emergem como conspirações e complôs de uma perspectiva antropológica sobre acusações e produção da história, tomando como fato etnográfico disputas discursivas que serviram para consolidar o poder do Movimento Popular de Libertação de Angola, especialmente na legitimação de sua liderança e repressão. Os resultados apontam que a produção de um inimigo interno, com o uso estratégico de acusações como *fracionismo*, foi essencial para sustentar o domínio do Movimento Popular de Libertação de Angola e construir uma narrativa oficial que alinhou identidade nacional e partido-Estado. Nas considerações finais, reflito sobre o impacto do 27 de maio na memória angolana, destacando tensões

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Recebido em 6 de dezembro de 2024.
Avaliador A: 4 de fevereiro de 2025.
Avaliador B: 28 de fevereiro de 2025.
Aceito em 18 de junho de 2025.



entre o esquecimento desejado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola em contraposição às demandas por reconhecimento das vítimas. O estudo contribui para entender como eventos históricos podem ser instrumentalizados para consolidar poderes políticos e refletir sobre a imbricação entre memória, história e poder.

Palavras-chave: Angola, Teoria da conspiração, Inimigos, História e memórias.

ABSTRACT

This essay is the result of reflections that border notes from fieldwork notebooks and footnotes and addresses the historical and political context of May 27, 1977 in Angola, when there was an attempted coup d'état led by a former guerrilla appointed minister in the government of Movimento Popular de Libertação de Angola in the post-independence, Nito Alves. The relevance of the work lies in its search for dynamics of conspiracy and construction of enemies, proposing an analysis that goes beyond suspicion and delegitimization, and perceives them as evidence of disputes between narratives that destabilize collective political memories constructed as historical. Taking documents as ethnographic field, the research focused on ethnographic materials, which include published official speeches, reports from period, propaganda and journalistic and (auto)biographical publications of survivors and family; documents from the post-independence and more recent, when the topic reemerged, from mid-2007 to the present day, were considered. My aim is to discuss how we can think about liminal themes that emerge as conspiracies and plots from an anthropological perspective on accusations and the production of history, taking as ethnographic fact discursive disputes that served to consolidate the power of Movimento Popular de Libertação de Angola, especially in the legitimization of its leadership and repression. The results indicate that the production of an internal enemy, with the strategic use of accusations such as factionalism, was essential to sustain Movimento Popular de Libertação de Angola's dominance and construct an official narrative, which aligned national identity and party-state. In the conclusion, I reflect on the impact of May 27 on Angolan memory, highlighting tensions between the oblivion desired by Movimento Popular de Libertação de Angola in contrast to demands for recognition of victims. The study contributes to understanding how historical events can be instrumentalized to consolidate political power and to reflect on the interconnection between memory, history and power.

Keywords: Angola, Conspiracy, Enemy, History and memories.

INTRODUÇÃO

Enquanto escrevia minha dissertação de mestrado, percorrendo milhares de páginas e tomando o arquivo como campo², interlocutor e lócus de escuta, deparei-me com o desafio de evidenciar as disputas discursivas em torno de categorias acusatórias, ou seja, termos usados para designar o outro e forjar um *inimigo*³. Meu olhar estava voltado para Angola pós-independência, quando o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), recém-chegado ao poder, ainda não possuía um projeto claro de partido e de nação, dada a heterogeneidade que marcava sua formação e sua necessidade de angariar apoios diversos.

Apesar da retórica de unidade e inclusão popular, os altos cargos do MPLA seguiam concentrados em dirigentes vindos das elites, o que gerava tensões entre a cúpula e a base militante. Nito Alves⁴ emergiu como figura central da contestação. Sua posição no alto escalão do partido passou a ser disputada por meio de práticas discursivas que operavam através da interpelação e da iteração⁵ (Derrida, 1988) de categorias acusatórias, marcando diferenças e reorganizando posições políticas.

Como argumenta Morris (2024), as acusações não se limitam à imputação de culpa, mas operam como dispositivos discursivos de produção de diferenças e identificações, traçando fronteiras morais e sociais. Para Hughes *et al.* (2019), elas mobilizam afetos tidos como ‘feios’ (inveja, rancor, ressentimento), articulando-os à moralidade dominante para desqualificar o outro e reforçar hierarquias. Trata-se de um processo dialógico: o acusador se legitima enquanto o acusado é desumanizado. A lógica do bode expiatório (Mauss; Hubert, 2005; Girard, 2004) expressa esse mecanismo: as tensões sociais se condensam em um corpo que representa a ameaça e, por isso, deve ser expulso. Acusações, portanto, não apenas canalizam mal-estares, mas os organizam, funcionando como rituais de exclusão que legitimam o poder por meio da produção de inimigos. Essas acusações muitas vezes são baseadas em associações subjetivas,

2 Diversos autores refletiram acerca dos desafios de conceber a pesquisa em arquivos e em documentos como trabalho de campo. Ver: Ferreira e Lowenkron (2020); Cunha (2004); Mbembe (2002) e Stoler (2002, 2010).

3 Explicito as convenções da escrita utilizadas para possibilitar a compreensão do texto: aspas simples apresentam termos e categorias do/a pesquisador/a, enquanto itálicos são categorias identificadas pelos sujeitos / interlocutores para (auto)referenciação, incluindo aqui, especialmente, os discursos.

4 Nito Alves, nome de guerrilha de Alves Bernardo Baptista, nasceu nos Dembos, região rural próxima à capital angolana. Foi guerrilheiro destacado na luta armada anticolonial e ganhou destaque no MPLA, diferenciando-se por sua presença na luta armada e origem rural não vinculada às elites, em contraposição a dirigentes mestiços, intelectuais e que não estiveram envolvidos nas vicissitudes das guerrilhas. Há controvérsias sobre essa biografia, mas ela não foi arbitrariamente difundida. Para considerações, ver Santander, 2024.

5 Iteração pode ser explicada, grosso modo, como “repetição”. Nos termos do autor, a repetição não é a mera reprodução de termos, mas uma citação a partir da qual uma cadeia de significados anteriores atribuídos é acionada.

mais do que em fatos e recaem sobre identidades e vínculos reais ou presumidos.

Em Angola, Mabeko Tali (2023) atribui o surgimento de “rótulos políticos” (p. 18) às formações dos movimentos nacionalistas, quando os embates e assunções de ideologias, seus fundamentos e a realidade das lutas pela independência eram latentes. O autor ressalta ainda que, no MPLA, esses rótulos não foram usados apenas contra grupos rivais, como acusações, mas dentro do próprio movimento, a ponto de “custar ou salvar a vida” (p. 19), de acordo com a (não) identificação – irmão ou camarada, especialmente após o 25 de abril de 1974, queda da ditadura do Estado Novo Português e início da descolonização angolana. Esse movimento se refinava na medida em que o MPLA foi conquistando o poder e se estabelecendo como governo. Os olhares para ideologias, entendimentos de categorias raciais e origens criaram novos rótulos dentro do próprio partido, que passaram a diferenciar as perspectivas políticas e favoreceram o surgimento de alas (faccções) internas.

Com isso em mente, durante a pesquisa, identifiquei duas alas centrais no partido: uma ‘netista’, conformada em torno de Agostinho Neto, e outra ‘nitista’, liderada por Nito Alves e outros dirigentes. Embora essa polarização não esgote a complexidade interna existente, ela permite compreender que as disputas não surgiram com a independência, mas a antecederam, sendo reconfiguradas até culminar no 27 de Maio de 1977, tentativa frustrada de golpe de estado, seguida de purgas e da consolidação de um governo unificado sob o MPLA.

As disputas se deram a partir de três aspectos fundamentais, quais sejam: 1) o domínio dos órgãos de comunicação, como a imprensa – jornais, publicações de discursos oficiais, programas de rádio e televisão; onde 2) acusações circularam de ambas as partes, evidenciando as relações assimétricas de poder, ainda que disputando a opinião pública; e 3) a escolha por termos designadores que operaram como significantes flutuantes⁶, ou seja, acusações que tiveram seus significados esvaziados e cujos sentidos estavam suspensos.

Dediquei-me ao exame desses termos designadores cujos sentidos não estavam previamente definidos e que assumiram posições antagônicas na construção discursiva do *inimigo* e do modelo ideal de militante, no interior das disputas entre nitistas e netistas. Expressões como *marxista-leninista*, *pequeno-burguês* ou *racista* não possuíam significados fixos: seus sentidos eram também disputados pelas duas alas. Paralelamente, apenas apontei momentos

6 A indeterminação entre significante e significado que se revelou, por exemplo, nos designadores *revolucionário*, *facismo* e *maoísmo* pode ser pensada em termos levistraussianos do significante flutuante: “[...] noções deste tipo intervêm, um pouco como símbolos algébricos, para representar um valor indeterminado de significação, em si mesmo vazio de sentido e portanto suscetível de receber qualquer sentido, cuja única função é preencher uma distância entre o significante e o significado ou, mais exatamente, assinalar o fato de que, em tal circunstância, em tal ocasião, ou em tal de suas manifestações, uma relação de inadequação se estabelece entre significante e significado” (Lévi-Strauss, 2003, p. 39). Para os meus propósitos, importou menos entender quais seriam seus significados efetivos e focar no que representavam para um e outro grupo, em determinados contextos; suas ligações históricas e porque estavam ali sendo usadas como acusações.

discursivos em que tanto Nito Alves e seu grupo quanto a cúpula do MPLA acusaram um ao outro de *complô*, de ligações com *agentes infiltrados* ou alianças com a CIA, de *conspirar*. Como analisa Almeida (2018), falar sobre teoria da conspiração traz uma dificuldade inerente a seu estatuto: quaisquer evidências levantadas, seja para analisá-las ou para contrariá-las, são tomadas como provas da existência de uma conspiração.

Este ensaio é, portanto, resultado das inquietações que emergiram nas margens da dissertação. Ele busca discutir de que maneira podemos abordar os supostos *complôs* do 27 de Maio a partir de uma perspectiva antropológica. A aposta está em compreender as teorias da conspiração não apenas como crenças irracionais ou desvios da razão, mas como formas de produzir sentido e instituir verdades em contextos instáveis. Como argumenta Almeida (2018), toda tentativa de contestar ou validar a teoria conspiratória tende a ser absorvida por sua lógica: qualquer evidência, inclusive sua ausência, é lida como confirmação do *complô*.

Para tanto, proponho olhar para os documentos⁷ como vestígios seletivos, frutos de disputas, exclusões e legitimidades (Mbembe, 2002). Derrida (2001) retoma a origem do termo *arkhê*⁸ para explicitar o caráter de autoridade que reside na origem da concepção de arquivo, explicitando sua característica intrínseca que funciona como a autoridade etnográfica, ainda que possa disputar com ela. No limite, o que se chama de arquivo não é dado, mas construído, e sua autoridade pode tanto rivalizar quanto sustentar o trabalho etnográfico. Aqui, tomo como fatos etnográficos tanto documentos oficiais quanto escritos que circularam à margem dessa história oficial, nos quais identifiquei o que chamo de ‘momentos conspiratórios’, que em trabalhos acadêmicos surgem como ‘suposições’ ou ‘controvérsias’.

A primeira parte deste trabalho é dedicada à contextualização do campo de pesquisa e das narrativas antagônicas sobre o 27 de Maio. Depois, lanço luz às narrativas que acusam de conspiração e *complô*. Argumento, a seguir, sobre como a constituição de um inimigo opera como estratégia de produção discursiva da verdade, com particular atenção ao lugar das mídias. Por fim, reflito sobre como essas dinâmicas conspiratórias, apresentadas a partir de Angola, podem contribuir para o entendimento da formação de uma retórica do inimigo que circunscreve as polarizações contemporâneas e como a memória está imbricada nos processos de construção de narrativas para legitimar líderes e poderes no Estado-nação.

7 Os documentos examinados incluem discursos oficiais, reportagens e capas de jornais, (auto)biografias de dirigentes, dentre outros. A maior parte encontra-se em arquivos digitais de Angola e Portugal, como o Arquivo de História Social (AHS) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL), e a Associação Tchiweka de Documentação (ATD). A pesquisa também contemplou campo em Portugal, onde acessei livros e arquivos (físicos) não disponíveis online ou no Brasil.

8 Do grego, ao mesmo tempo, começo e comando. Comando no sentido de autoridade. Na Grécia pré-socrática, *Archê* era o elemento fundamental da qual todas as coisas eram formadas.

O contexto e os atores do 27 de Maio

Para compreender o 27 de Maio, é preciso voltar à estrutura social e política produzida pelo colonialismo português em Angola. Até o século XX, a ocupação era fragmentada e pouco efetiva, sobretudo no interior do território, com dependência do tráfico humano como base da economia (Wheeler; Pélissier, 2009). O caráter de colônia de exploração imposto pelos portugueses favoreceu a emergência de elites locais, muitas vezes mestiças e citadinas, que prosperaram por meio do comércio e de posições no aparelho colonial (Bender, 1978).

Esse arranjo começou a se reconfigurar a partir da Conferência de Berlim (1884 -1885), que impulsionou o aumento da presença portuguesa e a reorganização administrativa da colônia. Nesse processo, as elites angolanas foram reposicionadas na categoria de ‘assimilados’⁹, estatuto jurídico que permitia acesso a certos direitos e distinções em relação à população considerada ‘indígena’. Na prática, a assimilação operava como diferenciação racial e social, tornando-se um marcador ambivalente. Conferia prestígio e mobilidade limitada, mas também reiterava a posição subordinada dos angolanos dentro do império. Como observam Messiant (2006) e Nascimento (2013), essa categoria reorganizava disputas internas por reconhecimento e distinção, constituindo subjetividades e tensionando relações sociais.

É nesse contexto que são formados os principais movimentos de luta armada pela independência: o MPLA, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Cada um deles está (analiticamente) associado a regiões geográficas e grupos étnicos específicos¹⁰, refletindo e ao mesmo tempo redimensionando as clivagens históricas e sociais da sociedade angolana.

O MPLA declara sua fundação em 1956¹¹, a partir da união de pequenas células revolucionárias urbanas e articulações políticas no exílio. Desde o início, teve forte presença de brancos e mestiços e estabeleceu vínculos com intelectuais e estudantes angolanos radicados no exterior. Sua atuação dentro de Angola, no entanto, era mais frágil, especialmente fora das zonas urbanas e das elites citadinas (Dulley; Sampaio, 2020). Buscando ampliar sua base e sua legitimidade, o partido construiu um discurso nacionalista centrado no combate comum contra o

9 Os brancos eram cidadãos em Angola. Aos negros e mestiços restaram as categorias de indígena, aqueles que seriam explorados como mão de obra, pagariam impostos e estariam sujeitos a outros constrangimentos (Dulley, 2015), e de assimilado, obtida pela comprovação gradual incorporação de valores portugueses (Thomaz, 2001).

10 Essas especificidades foram abordadas por vários estudiosos angolanistas e ajudam a compreender associações e alianças. Não podemos, no entanto, reduzir as diferenças a aspectos étnicos e geográficos. Essa clivagem é útil do ponto de vista analítico. O MPLA era um movimento mais citadino, associado às elites e ao estrangeiro. No entanto, importa dizer que os três movimentos eram liderados por dirigentes que vinham de posições sociais privilegiadas. Ver Bittencourt (1999).

11 Assumir a vanguarda dos movimentos de libertação ajudou na construção da legitimidade do MPLA; essa data, no entanto, foi questionada por historiadores (Pacheco, 1997) e posta em descrédito inclusive por cofundadores, como Hugo Azancot de Menezes (2017).

colonialismo, capaz de agregar militantes de diferentes origens e posicionamentos ideológicos. Como observa Bittencourt (1999), esse discurso apagava fissuras internas e articulava um projeto coeso para garantir apoio à luta armada.

Em novembro de 1975, apoiado militarmente pela URSS e por Cuba, o MPLA declarou unilateralmente a independência de Angola, contrariando os termos do Acordo de Alvor¹², que previa uma transição negociada entre os três movimentos de libertação. A partir de então, o partido se estabeleceu como governo e iniciou um processo de consolidação estatal atravessado por disputas internas intensas. Ainda que proclamasse a unidade nacional e a participação popular, o poder permanecia centralizado em dirigentes oriundos das elites, o que produzia tensões crescentes com setores da base militante.

É nesse cenário que ganhou força a figura de Nito Alves. A partir de sua trajetória, formou-se um grupo de contestação que passou a questionar a condução política do partido, denunciando a reprodução de estruturas hierárquicas e o afastamento dos ideais da luta anticolonial. Como aponta Tali (2023), a ala nitista representava também uma ruptura com a “velha guarda” (p. 113) do MPLA, adicionando o aspecto geracional às nuances das divergências ideológicas e radicais que sustentam análises sobre o 27 de maio. A retórica da acusação, em grande medida calcada pelos *rótulos* nitistas e pelos de seus opositores, marca uma série de disputas discursivas que culminaram no evento de 1977, lançando luz às narrativas que supõem golpe e conspirações. Apresento-as a seguir.

DUAS VERSÕES E UMA HISTÓRIA: SURGE UMA CONSPIRAÇÃO

Em 27 de maio de 1977, a cidade de Luanda, capital de Angola, acordou sob ameaça de uma tentativa de golpe de estado. O principal acusado da insurreição foi Nito Alves, ex-guerrilheiro na luta anticolonial, apadrinhado pelo presidente do movimento, Agostinho Neto, em 1974 devido à sua participação no Congresso de Lusaka, onde Nito defendeu Neto. O ex-Ministro da Administração Interna do primeiro governo foi afastado de suas funções em 1976, porque estaria encabeçando uma dissidência no interior do MPLA.

Os acontecimentos do 27 de Maio estão envoltos em controvérsias desde então, em parte pela repressão brutal promovida pelo MPLA e pela não divulgação dos resultados da Comissão

12 O Acordo de Alvor se deu com a queda do governo ditatorial português com a Revolução dos Cravos, de 1974, que daria independência às colônias lusitanas. O documento instituiu um governo de transição para conduzir o processo de descolonização de Angola e estabelecia a divisão do governo de transição no país entre os envolvidos, sendo Portugal e os três maiores movimentos de libertação (MPLA, UNITA e FNLA), até à realização de eleições.

de Inquérito, conduzida por José Eduardo dos Santos (JES). Após a morte de Agostinho Neto, em setembro de 1979, foi JES quem assumiu a presidência do país, mas nunca tornou público o conteúdo do relatório. As suspeitas sobre sua posição dividem-se entre uma possível absolvição de Nito Alves por falta de provas e a hipótese de que teria simpatizado com ele, o que contribuiu para sua imagem ambígua e para teorias que povoam o imaginário político angolano.

O MPLA produziu a sua versão do 27 de Maio. O documento intitulado *Angola: A Tentativa de Golpe de Estado de 27 de Maio de 1977 (Informação do Bureau Político do MPLA, 12 de Julho de 1977)* (MPLA, 1977) apresenta parágrafos curtos, contando linearmente um plano articulado há muito tempo. O texto retoma constantemente ideias apresentadas previamente em discursos dos dirigentes e comunicações oficiais do MPLA (jornal, rádio e televisão estatais) e foi construído 1) a partir de alguns pressupostos que foram apontados como fatos dados; e 2) projetando o duplo movimento de identificação e oposição inerente às acusações. A cúpula do partido apontou que os acontecimentos do 27 de Maio foram o ápice de um plano cuidadosamente arquitetado por *fraccionistas* em muitos anos de *actividade política* por um grupo (de *jovens – elitistas*) que teve suas origens no campo de São Nicolau, conforme apresentado pelo MPLA no excerto abaixo:

O plano executado em 27 de Maio vinha sendo preparado há mais de três anos e pode dizer-se que se inspira nas reflexões, da vivência comum e das ambições de um relativo pequeno grupo de jovens prisioneiros políticos dos anos 70 do que no tempo colonial se chamava “campo de São Nicolau”. Esse grupo, que não se misturava com a maioria dos prisioneiros políticos originários das classes mais exploradas, constituiu mesmo em São Nicolau um núcleo elitista, que não conseguia ultrapassar os seus preconceitos pequeno-burgueses (MPLA, 1977, p. 12).

A versão do MPLA divide a autoria dos fatos, atribuindo a Nito Alves uma posição proeminente devido ao seu prestígio e proximidade com Agostinho Neto. Segundo o MPLA, um grupo bastante específico seria responsável pela trama; por seus atributos era um grupo *fraccionista*, apartado das massas desde sua origem. Chamo atenção para os designadores que o qualificavam: *elitista* e *pequeno-burgueses*. Zé Van-Dúnem, ex-presos político, e Sita Valles, militante do Partido Comunista Português (PCP), seriam os principais ideólogos do golpe, arquitetado anos antes. Esse movimento de apagar a liderança de Nito era importante para ligar o movimento às elites – e a origem de Zé Van-Dúnem cancelava a acusação, uma vez que ele vinha de uma das famílias mais tradicionais de Angola. No limite, existiam pessoas das elites em todo o MPLA, o que tornava possível a todos se valerem dessa acusação.

Por outro lado, a versão nitista destacava o protagonismo de Nito Alves entre militantes do MPLA: orador carismático, liderava a implementação dos comissários provinciais e os órgãos previstos na Lei do Poder Popular, que tinha o objetivo da descentralização e da gestão a nível de bairros e cuja criação era sua responsabilidade. Esse comprometimento com o partido,

com os princípios marxistas e com a mobilização popular, segundo os nitistas, teria incomodado setores da cúpula, motivando seu afastamento do cargo de Ministro da Administração Interna e sua submissão a uma Comissão de Inquérito.

O documento de 156 páginas intitulado *Treze teses em minha defesa* foi escrito por Nito Alves para ser apresentado como defesa à Comissão, ao presidente Agostinho Neto e ao Comitê Central (CC). Extenso, o texto é carregado de termos da gramática marxista, citações, e acusações a membros destacados do MPLA. As *Treze teses* representaram o movimento de Nito Alves em elaborar uma narrativa complexa, onde membros do MPLA estavam contra ele, apresentada como *leitmotiv* para explicar sua virada de posição dentro do partido.

Em linhas gerais, Nito fez uma análise das acusações das quais se defendia e sobre quem o acusava. Ele apresentou e respondeu aos argumentos (*factos*) das acusações que o colocavam na posição de *fraccionista*. O fio condutor da argumentação presente nas *Treze teses* é a configuração de uma *trama* que Nito alegava ter sido engenhosamente concebida pela alta cúpula do MPLA, e que o colocava como alvo principal de uma série de acusações, por sua trajetória exemplar no movimento. No trecho abaixo, há um resumo do próprio Nito, sintetizando esse *complô* (*Grupo Nito*) em que supostamente fora envolvido, bem como das motivações e mecanismos que o sustentavam:

O abuso do poder e do mandato, a prepotência, a auto-suficiência, o culto da personalidade, o isolamento em relação às massas constitui manifestação da existência de fortes forças favoráveis à contra-revolução no seio dos organismos dirigentes, em factores que condicionam o processo atrás descrito. Se não, em nome de quem fui suspenso? Em nome de que classe e em defesa de que interesses fui suspenso? Em nome de que princípios foi ditada a minha punição? O meu nome não deve nem pode servir de pretexto para certos dirigentes da DISA, no seu processo de repressão, se abatam contra os revolucionários e trabalhadores, porque a horrível vaga de terror que o país começa a viver faz-nos recordar à polícia política [...]. Quem são os verdadeiros réus? O fantasma dum pretenso “grupo Nito”, o fantasma do “Golpe de estado” é [...] uma criação de iniciativa e responsabilidade histórica das forças da reacção interna objectivamente ao serviço do imperialismo, que, para tanto, concertou a sua acção com as forças externas da reacção mundial. São agentes provocadores da própria DISA, quem montou o fantasma [...]. Mas os verdadeiros réus são os advogados da pequena e média burguesia, os conscientes defensores da reacção interna. A aliança reaccionária entre a direita, os anti-comunistas e os maoístas são a expressão do instrumento político-ideológico daquela base social, cuja ampla plataforma é o anti-sovietismo. Os “mass-media” (nomeadamente o “Jornal de Angola”, a Rádio Nacional e a Televisão), pelos documentos por mim apresentados, são os difusores e propagandistas da alternativa das forças de direita. A verdade e força desta afirmação reside no facto de nenhum operário politizado [...] nenhum camponês do nosso País fomentou a intriga que a CIA [Central Intelligence Agency – Agência Central de Inteligência] montou entre o camarada Presidente e eu. Esta montagem é de plena responsabilidade da reacção interna e dos seus ideólogos de classe. As amplas massas trabalhadoras do país não foram ouvidas [...] se o juiz deste julgamento fosse o Povo, a sentença estava clara: a classe operária angolana há muito odeia os direitistas no MPLA. O medo das massas não permite o método das massas (Baptista, 2021 [1977],

p. 208-209).

Neste excerto retirado da última tese, quase tomado como conclusão do documento, estão presentes o envolvimento de pessoas e instituições – especificamente da cúpula do MPLA e das instituições estatais, como os meios de comunicação e de segurança, assim como estabelece as relações entre estes atores com disputas mais amplas vigentes naquele momento no contexto da pós-independência, como a opção do programa ideológico do governo, no contexto global da Guerra Fria. Vale pontuar que Angola, assim como outros territórios africanos, foi lócus do que ficou conhecido como *proxy wars*, ou guerras por procuração, entre Estados Unidos e União Soviética. Em Angola, os movimentos nacionalistas tiveram apoio financeiro e bélico das duas potências¹³, especialmente durante a guerra civil. A UNITA foi apoiada pelos EUA e pela África do Sul, enquanto o MPLA recebeu apoio da URSS e, principalmente, de Cuba¹⁴.

A emergência da narrativa conspiratória entre os nitistas, segundo os quais a tentativa de golpe foi uma encenação forjada pelo núcleo dirigente do MPLA, em articulação com potências estrangeiras e elites internas, e não pode ser simplesmente reduzida a um delírio persecutório ou a uma estratégia desesperada de sobrevivência discursiva. Como argumentam Sanders e West (2003), teorias da conspiração constituem uma prática quase terapêutica que responde às ansiedades das sociedades contemporâneas frente à ambivalência das promessas de transparência e à suspeita crescente sobre a integridade das instituições.

Na esteira de Hellinger (2003), é possível sustentar que a crença em conspirações, ainda que muitas vezes imprecisas nos detalhes, parte de uma intuição correta: a de que o poder hegemônico opera por meio de ocultação e manipulação sistemáticas, o que confere verossimilhança às cosmologias ocultas articuladas em momentos de crise. Nesse sentido, os nitistas não apenas produziram uma contraversão da história oficial, mas mobilizaram um

13 Durante as lutas pela independência, a FNLA recebeu apoio chinês. Esse apoio é uma das razões pelas quais o termo *maoísta* adquiriu um caráter de acusação. A outra é a estratégia de diplomacia triangular que, segundo Tancredi (2018), foi adotada durante a Guerra Fria pelo presidente estadunidense, Richard Nixon, e seu chefe de estado, Henry Kissinger, e consistiu na busca de equilíbrio de poder com a URSS. Para isso, os EUA se aproximaram da China, mesmo considerando-a uma ameaça. Ao explorar a divisão sino-soviética, os EUA exerceram pressão para a URSS negociar, mantendo ambos os países cooperando com os Estados Unidos e distantes um do outro.

14 Os primeiros contatos entre o MPLA e o Movimento 26 de Julho (M-26-7), grupo revolucionário cubano de viés castrista, surgiram ainda na Casa dos Estudantes do Império (CEI), em Lisboa, onde boa parte dos filhos das elites coloniais seguia os estudos em países europeus. Na década de 1960, esses laços se institucionalizaram por meio da embaixada cubana em Conacri, com apoio financeiro e logístico a militantes angolanos, inclusive através da concessão de bolsas de estudo para formação acadêmica e treinamento militar. Em 1965, Che Guevara visitou a sede do MPLA em Brazzaville e se reuniu com Agostinho Neto e Lúcio Lara (George, 2005); depois, Cuba atendeu aos pedidos de apoio militar formulados por Neto. Como destacam Portella e Leiria (2019, p. 197), a permanência de cubanos que atuaram em Brazzaville e voltaram a Angola após 1975 evidencia a solidez dessa aliança. Os autores contrapõem essa relação bem estabelecida às (muitas supostas) fragilidades que o governo de Neto – ou ele próprio – pareciam suscitar com relação aos soviéticos, como tratarei adiante.

regime epistemológico alternativo, resistente e difuso, que desafiava a univocidade da verdade estatal e reinventava a própria legibilidade do passado recente. A teoria da conspiração, nesse contexto, não foi um erro de leitura. Ao contrário, é necessário compreendê-la como parte de um léxico político mais amplo, no qual o imaginário da conspiração opera como modo legítimo de interpretar e reagir à opacidade das estruturas de poder.

O fantasma do “Grupo Nito” e os 38 anos de JES

As discussões da Plenária do MPLA em outubro de 1976, que afastou Alves do governo, segundo Reis (2018) agrupavam-se em torno de duas linhas gerais para pensar a condução do país. De um lado estava Nito, com uma representação minoritária. Do outro, as demais alas do MPLA, que começaram a conduzir uma série de acusações, dentre as quais “o sectarismo, o divisionismo, o fraccionismo e o golpismo” (Reis, 2018, p. 79). Diante desse cenário, foi formada uma Comissão de Inquérito para verificar o caráter das atividades do grupo e as denúncias que pesavam sobre Nito Alves.

Presidida por José Eduardo dos Santos, a comissão teria duração de 2 meses, seria interna e sigilosa, propósitos que não foram respeitados. Decorrido o prazo, os resultados não foram apresentados. ‘Especula-se’ (Reis, 2018, p. 80) que um dos motivos foi a falta de materiais que pudessem comprovar o fraccionismo. Há, no entanto, ‘relatos’ que apontam para a compactuação de JES com as ideias de Nito Alves, corroborados pela nomeação de ministros que ‘supostamente’ estiveram detidos pelo envolvimento no 27 de Maio em seu governo como presidente. Dos Santos teria, inclusive, intercedido por alguns presos, ainda que agindo dentro dos limites de suas possibilidades à época dos acontecimentos. Outros afirmam que ele teria escrito, no âmbito da Comissão de Inquérito, um relatório inconclusivo ou mesmo a favor do nitismo, tendo mudado de ideia ao ver que isso o prejudicaria.

Segundo Leiria (2013), a ascensão de JES à presidência, em 1979, causou surpresa, dado o contexto de repressão interna no MPLA, com centenas de militantes encarcerados sob a acusação de fraccionismo e de envolvimento na alegada intentona. Circulavam, à época, indícios de que seu nome, assim como o de Lopo do Nascimento, primeiro-ministro de Angola, constaria entre os alvos da repressão, embora nada tenha se concretizado no processo de purga. A despeito de tais hipóteses, Dos Santos aderiu à versão oficial do MPLA e, durante os 38 anos em que esteve à frente da presidência do país, não houve nenhum movimento no sentido de abrir ou falar do 27 de Maio. Tampouco as medidas de repressão e censura foram reduzidas. Conforme pontua Paredes (2014):

[...] pouco tempo depois de José Eduardo dos Santos ter sido nomeado presidente (1979) [...] o novo estadista acabou com os fuzilamentos e libertou muitos dos presos políticos. A política de clemência e a inclusão na governança do MPLA de

antigos presos políticos do 27 de Maio levou a que hoje em dia circule em Luanda uma nova narrativa sobre o papel de José Eduardo dos Santos durante o período que antecede o 27 de Maio, sugerindo que o antigo ministro das Relações Exteriores teria sido um simpatizante das teses de Nito Alves e ilibando-o de responsabilidades na repressão. Uma das entrevistadas deste trabalho coloca-o inclusive numa das reuniões clandestinas com o malogrado comandante. O que é interessante nesta nova narrativa sobre a maior tragédia do MPLA é que ela não produziu nenhuma alteração na relação entre o Estado e a sociedade, as famílias das vítimas ainda hoje esperam os atestados de óbito dos filhos e filhas fuzilados em 1977 (Paredes, 2014, p. 58).

Ou seja, tal especulação foi, de certa forma, bastante conveniente para dos Santos, na medida em que colocou em suspeição suas responsabilidades pela repressão que se seguiu ao 27 de Maio, tendo o episódio ficado ligado a Agostinho Neto, já morto.

Verificar se tais hipóteses ou relatos são verídicos ou fundamentados não é exatamente meu propósito. Interessa-me apontar para a presença, às vezes implícitas de ‘tais hipóteses ou relatos’ em etnografias e análises, que acabam não sendo explorados sob pena de perda de credibilidade da etnografia ou do próprio etnógrafo. Entretanto, quando nos dispomos a apontar essas ‘controvérsias’ em notas de rodapé, chamamos a atenção para outras possibilidades daquilo que narramos. A ambivalência das conspirações reside nesse ponto: se postas como fatos, perdem seu estatuto conspiratório; se colocadas como conspiração, não podem ser levadas tão a sério pelo pesquisador. De uma perspectiva antropológica, isso nos coloca uma questão metodológica instigante sobre quais são nossos fatos etnográficos.

Várias possíveis conspirações que culminaram no 27 de maio

As teorias da conspiração que circunscrevem Angola à época do 27 podem ser pensadas a partir de duas posições relacionais: a relação de cada grupo na formação de um *complot* contra Agostinho Neto e as relações de alianças e influências com Moscou e o soviétismo. Todas, no fim, estavam conectadas, como polos que disputavam qual seria o grupo responsável pela tentativa de golpe de estado – e contra quem: o Estado, o MPLA e o povo.

As versões sobre o 27 de Maio convergem quanto à tomada da Cadeia de São Paulo e da Rádio Nacional por volta das 6h, com apoio da 9ª Brigada Militar, o que conferiu ao evento contornos de golpe. Na rádio ouvia-se o então proibido *Kudibanguela*, programa associado aos nitistas. Por volta das 9h30, convocou-se uma manifestação no Palácio da Presidência, transferida para a praça em frente à Rádio, porque a DISA já reagia às manifestações.

Neto contactou Fidel Castro pela manhã, mas o apoio de Cuba só chegou por volta das 11h30, sendo decisivo para conter as manifestações. Junto aos blindados cubanos estavam dirigentes da DISA, mas foi o cubano Rafael Moracén Limonta quem retomou o controle da Rádio Nacional, declarando apoio ao presidente e ao povo de Angola (George, 2005; Francisco, 2007; Oliveira, 2017). Em seguida, Neto fez a primeira declaração na TV, descrita

como *moderada*, propondo diálogo e a reabilitação dos expulsos, Nito e Zé Van-Dúnem (Tali, 2001; Marques, 2012). A cadeia e o quartel foram retomados pela DISA e pelos cubanos. Foi anunciado toque de recolher entre as 17 horas e as 6 horas da próxima manhã.

Às 18 horas, Agostinho Neto discursou novamente, informando o desaparecimento de dirigentes importantes do MPLA, supostamente capturados pelos nitistas. Segundo Mateus e Mateus (2007), Neto utilizou o termo *corpos* ao se referir aos desaparecidos: “Foram levados para lugares que nós não conhecemos bem. Os corpos serão encontrados, se estiverem mortos. Eles serão encontrados se estiverem vivos” (Neto, 1977 *apud* Mateus; Mateus, 2007, p. 114). Neto também afirmou que “não haverá para aqueles que se introduziram numa luta contra o MPLA qualquer espécie de contemplação, qualquer espécie de perdão” (Neto, 1977 *apud* Marques, 2012, p. 82), emitindo uma clara ameaça aos *fraccionistas*.

No dia seguinte, os *corpos* dos dirigentes foram encontrados carbonizados numa ambulância incendiada. A autoria dos crimes foi atribuída aos nitistas. Há contestações: os apoiadores de Nito Alves argumentam que houve uma *encenação*, um *complô*, que o próprio MPLA foi responsável pelos assassinatos e forjou a cena para dar sequência às repressões. As duas versões evidenciam elementos constituintes de uma atmosfera conspiratória.

De todo modo, foi Agostinho Neto quem anunciou a localização dos cadáveres:

Hoje, cumpre-me o doloroso dever de comunicar ao país e ao povo angolano que os camaradas Dangereux, comandante Paulo da Silva Mugongo, membro do Comité Central do MPLA, membro do Estado-Maior das FAPLA e do Conselho da Revolução; o comandante Eugénio Veríssimo da Costa (Nzaji), membro do Comité Central do MPLA, do Estado-Maior das FAPLA e do Conselho da Revolução; o major Saidy Mingas, membro do Comité Central, ministro das Finanças da República Popular de Angola e membro do Conselho da Revolução; o comandante Eurico Manuel Correia Gonçalves, membro do Estado-Maior das FAPLA e do Conselho da Revolução; Hélder Ferreira Neto, membro da DISA, foram assassinados ontem. Os *fraccionistas* não hesitaram em matar os nossos camaradas, em matar os nossos compatriotas (Neto, 1977 *apud* Mateus; Mateus, 2007, p. 114).

No discurso, o presidente sancionou toda a violência que seguiu o 27 de Maio:

Alguns daqueles que participaram neste crime já estão presos. Dentro de pouco tempo, nós diremos qual será o destino que será reservado a esses indivíduos. Certamente, não vamos perder muito tempo com julgamentos. Nós vamos ditar uma sentença. Não vamos utilizar o processo habitual, que não seria justo, quando de uma maneira tão evidentemente fascista elementos se comportam, aqui, como defensores da Revolução. Não pode ser. Seremos o mais breves possível, para podermos resolver esses problemas e, vamos tomar decisões segundo a lei revolucionária (Neto, 1977 *apud* Marques, 2012, p. 84, grifo nosso).

Assim, teve início a sangrenta repressão *sem julgamentos*. Nito e outros dirigentes teriam fugido. Iko Carreira, Ministro da Defesa, anunciou a captura de Nito em 7 de julho. Diz-se que

foi fuzilado e seu corpo atirado ao mar. Outros dirigentes também foram capturados, alguns sumariamente fuzilados, outros torturados. As supostas ossadas de alguns envolvidos, dentre os quais Nito Alves e Zé Van-Dúnem, foram entregues às famílias em 2022. Exames de DNA, no entanto, revelaram a não correspondência¹⁵ entre corpos e nomes.

Moscou contra Neto?

O 27 de Maio, como apresentei, é para muitos o ápice de um plano cuidadosamente articulado que liga uma série de outras teorias. No cerne delas figura Agostinho Neto.

Agostinho Neto foi presidente do MPLA e primeiro presidente de Angola. No entanto, sua proeminência e liderança são apontadas como estratégia escolhida por uma ala do MPLA. Ora tido como militante ideal, ora posto como absolutista, o fato é que não é possível separar a figura de Neto – e suas decisões – do processo de consolidação do movimento, do próprio percurso da independência, da tomada de poder pelo MPLA e da imaginação e concepção do estado nacional. Conforme Carreira, que esteve por muitos anos ao lado de Neto:

Dirigir Angola, sendo obrigado a ouvir um Comité Central ou um Bureau Político, sempre que fosse necessário agir, não era coisa do gosto de Neto. O centralismo democrático, em vigor na Organização, não fazia a diferença. Por isso, algumas decisões de Neto não passaram pelo seu Partido, não tendo assim a caução deste. Mesmo durante a luta de libertação, muitas vezes, Neto tomou as decisões que julgava necessárias, tendo posteriormente o acordo dos órgãos dirigentes do seu partido. Assim agia Neto, por vezes. Sem mesmo o conhecimento dos seus mais directos colaboradores. E estes várias vezes agiam conforme ele queria, sem se preocuparem com os resultados, ou os motivos de tal decisão, tal era o nível de confiança que pareciam ter nele (Carreira, 1996, p. 31-32).

Sobre a figura de Neto pairam duas teorias que reverberaram no 27 de Maio. A primeira, que se tornou a versão oficial, é que havia um golpe de estado organizado por nitistas, que o colocava em risco. No entanto, há escritos que colocam o apoio da URSS ao regime de Neto sob suspeição. Um dos indícios seria o tempo que os soviéticos levaram para se pronunciar sobre o 27 e a tomar medidas, enquanto os cubanos prontamente defenderam o MPLA. José Milhazes (2013) argumenta, a partir de depoimentos de militares e diplomatas soviéticos, que possa não ter existido qualquer tentativa de golpe organizado por Nito Alves; o 27 de Maio seria um incidente organizado por Neto e seus correligionários a fim de terem um pretexto para liquidar oposições dentro do seu partido.

Nesse sentido, cabe mencionar que um aspecto que evidencia a inserção do contexto angolano nas disputas que operavam na Guerra Fria é justamente a intervenção das potências

15 Cf. <https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica-lus%C3%B3fona/20240328-angola-plataforma-27-de-maio-denuncia-propaganda-da-civicop-e-reclama-testes-adn>. Acesso em: 23 abr. 2025.

imperialistas na política angolana. No documento de Nito Alves isso pode ser visto em passagens que citam a presença de agentes infiltrados da Central Intelligence Agency [Agência Central de Inteligência] (CIA), como exemplificado no trecho: “o Comité Central sabe [...] o que representa a CIA, esta monstruosa máquina de agressão imperialista. [...] Tenho fortes razões para admitir que a CIA é já a responsável pelas operações decisivas que as forças de direita estão a ensaiar neste momento em Angola” (Baptista, 2021 [1977], p. 91). O assunto era, segundo Nito, de conhecimento do CC, fato que teria sido comprovado com a discussão sobre um dossiê entregue pelo Primeiro-Ministro, Lopo do Nascimento, e que continha o conteúdo assim apresentado por Nito:

Distribuída, na altura, pelo camarada Primeiro-Ministro, Lopo do Nascimento [...] uma informação sob título Relações Brasil / Angola [...] lê-se expressamente. “Com relação a Angola, os militantes brasileiros esperam [...] recuperar o MPLA através dessa acção política de dividir o aparelho do partido entre radicais e moderados. Outra esperança brasileira seria a precária saúde do Presidente Neto [...] O seu desaparecimento deveria se dar no momento em que a divisão entre moderados e radicais estivesse estabelecida.” [...] Vê-se também, nesta informação que o objectivo principal da CIA é o desaparecimento físico do camarada Presidente Neto. Mas, pergunto-me a mim próprio, por que razão é que a CIA escolhe o momento desse desaparecimento do camarada Presidente na altura em que a contradição, segundo eles, entre os moderados e radicais culminaria no seu apogeu? A quem seriam atribuídas as responsabilidades desse presumível assassinato do Presidente? (Baptista, 2021 [1977], p. 102).

Para Nito, a informação continha evidências de um *complô contra-revolucionário*. Os artifícios envolviam o arquivamento de investigações contra *maoístas e direitistas*, corrupção e planos para aniquilamento de militantes, como os próprios Nito e Neto. Este complô supostamente envolvia membros da cúpula do MPLA e agentes da CIA, conforme afirmava:

A História do MPLA, durante a sua fase das guerrilhas, já demonstrou que as forças de direita do MPLA nunca viram com bons olhos a política do camarada Presidente, que, há anos, já se sabia como sendo comunista, em sua última instância e consequência. [...] Posto isto, as forças de direita procuram justificar e têm de justificar ante o Povo Angolano e o mundo o desaparecimento do camarada Presidente. E a única forma de o fazerem é atribuir o presumível assassinato aos sectores revolucionários que seriam então apresentados ao Povo e ao mundo como os autores do assassinato [...] (Baptista, 2021 [1977], p. 103-104).

A disputa pela posição e apoio de Neto estava posta e não foi citada ao acaso – além de aproximar seu próprio posicionamento ao do presidente, Nito contrapõe *as forças de direita do MPLA à política do camarada presidente*. Este é um movimento interessante se lembrarmos que a composição do MPLA daquele momento se deu a partir de disputas no interior do movimento que fortaleceram a posição premente de Agostinho Neto como líder, mas também de seu grupo de apoiadores, esses que Nito categorizava como *forças de direita*.

De todo modo, Neto não seria o único alvo do complô:

[...] apresentam-se aos militantes e ao Povo, dá-se aos países socialistas, ao movimento revolucionário mundial, ao movimento de libertação nacional, dá-se ao mundo uma lista de falsos “inimigos”, “racistas”, “golpistas”. Tenta-se enganar assim o conjunto das forças revolucionárias, suspendem-se militantes intransigentes, prepara-se a opinião pública para arrancar-lhes o seu apoio a futuros fuzilamentos (Baptista, 2021 [1977], p. 207).

A campanha acusatória contra Nito tinha, para ele, o objetivo de marcá-lo como inimigo e justificar quaisquer intercorrências que viriam de atos *golpistas*, antecipando (ou antevendo) aquilo que ocorreria em Angola com o 27 de Maio.

Por fim, ao concluir as *Treze Teses*, Nito Alves exigiu o restabelecimento de sua imagem junto às potências soviéticas, reforçando sua fidelidade à linha política da URSS. Aparentemente, Nito Alves tinha uma boa relação com os soviéticos desde sua participação no XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em março de 1976, em Moscou. A visita coincidiu com o deslocamento das críticas de Nito para o interior do MPLA¹⁶.

Há, inclusive, insinuações de que Nito teria sido tratado com mais entusiasmo do que o próprio Neto em ocasiões anteriores, o que gerou certo desconforto (Tali, 2001). Milhazes (2014) aponta que as autoridades soviéticas tinham certa desconfiança para com a liderança de Neto porque “[...] embora condenasse decididamente o imperialismo americano e a política neo-colonial do Ocidente [...] inclinava-se mais pelo modelo jugoslavo de desenvolvimento” (Milhazes, 2014, p. 94). O acordo de amizade e cooperação entre a URSS e Angola foi assinado em outubro¹⁷ de 1976 pela delegação angolana composta pelo Presidente e JES, além de outros altos dirigentes do CC. A despeito do acordo, o MPLA nunca fez nenhum movimento radical no sentido de vislumbrar um estado como o soviético.

Por fim, a morte de Agostinho Neto em Moscou, também foi posta em suspeição pela própria mulher do presidente, Maria Eugénia Neto (Oliveira, 2017). Ele faleceu de câncer no pâncreas, em 20 de setembro de 1979. Esses fragmentos remetem a Almeida (2018)

Se considerarmos a noção de contrainformação seriamente, a própria expressão “teorias da conspiração” é ante aos olhos daqueles que delas fazem uso, artifício que mira produzir o engodo. Pois, aos olhos de quem as constroi, tais teorias são mais do que arranjos explicativos mirabolantes. Para os que as professam, as teorias da conspiração têm status de fatos. Outras vezes, são montagens cujo estatuto precário e

16 Já em 1974, no Congresso do MPLA em Lusaka, quando defendeu Neto, Nito apontava as contradições internas do MPLA, como as dicotomias entre intelectuais e guerrilheiros. No entanto, naquele momento, suas críticas atendiam aos interesses da ala de Neto, não sendo direcionadas à cúpula de seus aliados, seja por desconhecimento de Nito da situação real ou por estratégia para fortalecer sua posição no movimento.

17 Quase que no mesmo momento, Nito Alves era acusado de fraccionismo e logo foi afastado do partido.

demandante de maiores explicações é conhecido, mas esta precariedade é suficiente para que se continue o trabalho de conectar histórias. Neste caso, a ausência de elos para dar molde completo ao programa conspiracional indica a presença de um resto que não foi revelado (Almeida, 2018, p. 6).

Como explica Barkun (2003), uma visão de mundo conspiracionista implica um universo governado por intencionalidade, sem espaço para o acaso. A ênfase na intencionalidade se manifesta em três princípios percebidos em praticamente todas as teorias da conspiração: 1) nada acontece por acaso, de modo que acidentes e a coincidência inexistem; 2) nada é o que parece, ou seja, as aparências enganam porque os conspiradores precisam disfarçar suas identidades e atividades; e, por fim, 3) tudo está conectado, embora oculto da vista de todos e, portanto, a teoria deve se envolver em um processo constante de ligação e correlação para mapear as conexões ocultas.

A teoria da conspiração, nesse contexto, funciona como uma racionalidade política que permite organizar eventos caóticos e assimilar a incerteza radical própria do momento da pós-independência. Como mostram estudos clássicos da antropologia sobre sistemas de crença, acusações de bruxaria (ou de conspiração) não são irracionais; elas operam numa lógica consistente de atribuição de causalidade e responsabilização, tal como argumentou Evans-Pritchard (2005). Frente à fragmentação histórica, à ausência de explicações consensuais e à crise de confiança nas instituições, a narrativa conspiratória oferece uma gramática inteligível da política, transformando acidentes em intenções e incertezas em coerência (Sanders; West, 2003). Sua eficácia reside justamente na capacidade de mapear a totalidade a partir de fragmentos, que produz a sensação de domínio interpretativo num mundo desorganizado, mesmo que esse domínio se fundamente no excesso, na suspeita e na repetição.

Em síntese, quanto mais se sabe sobre uma teoria, menos se sabe. E os modos de circulação dos fatos são, portanto, relevantes para uma formulação adequada. As disputas de versões, narrativas e contranarrativas na Angola de 1977 se deram em diversos momentos pelas mídias disponíveis. E ter o controle sobre elas certamente deu vantagem aos netistas.

Atmosferas conspiratórias: lugar das mídias

Foi por meio das mídias estatais que os discursos de Agostinho Neto foram publicados, televisionados e transmitidos, seja pela Rádio Nacional, seja pela Televisão Pública, com destaque à declaração de que não haveria tempo para julgamento, tampouco perdão aos envolvidos nos episódios do golpe, ou aos acusados de fraccionismo. Mas foi o *Jornal de Angola* o responsável por uma campanha de vigilância e perseguição aos fraccionistas antes e depois do 27 de Maio. Uma coluna editorial chamada *Bater no ferro quente* denunciava nomes, incitava a violência e figurava com destaque em edições de maio a agosto.

Pawson (2014) e Figueiredo (2017) comentam algumas dessas peças datadas de maio de 1977. No dia 15, sob o título *O racismo das lagartixas*, foram apresentadas críticas àqueles que promoviam o “racismo inigualável” (Pawson, 2014, p. 79), acusando-os de ataques pessoais a membros do governo, altos dirigentes e até a funcionários do *Jornal de Angola*. Figueiredo (2017) destaca que o editorial não fora assinado e versava sobre o “pequeno grupo de lagartixas, racistas, que têm se beneficiado da tolerância das autoridades” (p. 155). A autora afirma que editoriais ainda mais violentos foram publicados ao longo de todo o mês. As declarações eram um apelo ao combate ao fraccionismo e incentivavam a denúncia de possíveis envolvidos. No dia 22, houve duas peças: uma intitulada *O MPLA está unido*, e a outra, *Liquidar o fraccionismo!*, um editorial de 4 páginas, segundo Pawson (2014, p. 257).

Mateus e Mateus (2007) trazem um desses textos controversos do *Jornal de Angola*, escrito por Pepetela em 15 de maio e publicado em 21 de junho de 1977 – Ano 2, nº 778. Intitulado *A víbora de cabeça ao contrário*, o conto de Pepetela vinha acompanhado de uma ilustração com o rosto de Nito e trazia uma série de alegorias. Contava a história de ambição de uma víbora que queria ocupar o lugar do leão. De acordo com Mateus e Mateus (2007), os animais representavam dirigentes do MPLA. Há três aspectos sobre este texto. Primeiro, a data atribuída à fábula é anterior à expulsão de Nito Alves do MPLA, que aconteceu em 21 de maio. Segundo, terminou com a víbora morta. Depois, vale dizer que à época, Pepetela ocupava o cargo de Vice-Ministro da Educação do MPLA e depois participou da Comissão de Lágrimas, que atuou ouvindo testemunhos dos acusados de envolvimento no episódio do 27 de Maio. De todo modo, é indiscutível que Pepetela fez uma leitura pertinente e condizente com a versão do MPLA sobre os fatos, publicada meses depois.

O MPLA detinha o controle dos meios de comunicação do país. O *Jornal de Angola* era o único jornal de circulação diária em 1977, após o encerramento do *Diário de Luanda*, criado em 1936, como represália por apoiar conteúdos fraccionistas. Assim, o *Jornal* representava uma “voz dominante” (Pawson, 2014, p. 192) e teve papel central na construção discursiva de Nito como inimigo do Estado, operando como veículo de uma campanha de deslegitimação baseada em acusações morais, linguagem ofensiva e apelos sensacionalistas. Em 1976, com a nomeação de Ndunduma, amigo pessoal de Neto, como diretor do jornal, intensificou-se a linha editorial ofensiva. Segundo Reis (2017), muitos títulos vinham diretamente das falas do presidente. Pawson destaca ainda que as peças de Ndunduma eram transmitidas pela Rádio Nacional, chegando à população que, em grande parte, permanecia analfabeta e/ou sem acesso a jornais.

A partir dessa constituição, sobretudo midiática, de Nito Alves e seu grupo como *inimigos* e como representantes de um perigo à nação angolana, o MPLA pôde valer-se de seu estatuto de detentor do monopólio da violência física legítima para impor, justificar e legitimar em Angola

uma “Ditadura Democrática Revolucionária” (MPLA, 1977, p. 63), em realidade, uma ditadura onde os direitos das pessoas foram suspensos, ou seja, um estado de exceção.

A construção do inimigo: o caso angolano

A imbricação entre Estado e mídias é fundamental para compreender a produção e circulação de teorias que criavam em Angola um ambiente propício para a incerteza e desconfiança, quase um ensaio do que viriam a ser as atuais guerras híbridas (Korybko, 2018; Leirner, 2020). Enquanto as mídias produziam e circulavam acusações e calúnias, o Estado criava mecanismos de validação e, conseqüentemente, de produção de verdade(s). É nesse sentido que julgo instigante pensar a partir das conspirações. Conforme Barkun:

De uma forma estranha, a visão dos teóricos da conspiração é ao mesmo tempo assustadora e tranquilizadora. É assustadora porque amplia o poder do mal, levando em alguns casos a um dualismo total em que a luz e as trevas lutam pela supremacia cósmica. Ao mesmo tempo, porém, é reconfortante, pois promete um mundo que é significativo e não arbitrário. Não apenas são eventos não aleatórios, mas a identificação clara do mal dá ao conspirador um inimigo definível contra quem lutar, dotando a vida com propósito (Barkun, 2003, p. 4, tradução nossa).

A construção da relação entre Estado e violência é muitas vezes permeada e legitimada pela figura do inimigo, capaz de simplificar as disputas em termos de *bem e mal*, sendo mediador para elucidar relações de poder. Essa posição é situacional, moldada por interesses político-sociais (Pinto, 2010). Com efeito, Leirner (2003) propõe conceber o Estado não como instituição dada, mas em formação. Escapa aos propósitos deste trabalho analisar as concepções de Estado que foram objeto de escrutínio em Angola por ocasião da independência¹⁸, mas é fundamental destacar que a oposição ao nitismo foi central para a constituição do Estado nacional angolano, forjado em grande parte por meio de seu expurgo.

Mbembe (2016) articula o monopólio da violência pelo Estado à necropolítica, uma vez que o poder sobre a mortalidade e o direito de matar podem ser pensados enquanto “expressão máxima da soberania” (p. 123), quando há a prerrogativa do estado de exceção. Diz o autor:

[n]essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar [...] o poder [...] continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional. [...] Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer (Mbembe, 2016, p. 128).

18 Autores que trabalharam com a concepção de estado e nação em Angola no pós-independência: Tali (2001); Messiant (2008); Oliveira (2013); Schubert (2017).

Na perspectiva do autor, a concepção de ‘inimigo’ e de ‘estado de exceção’ são cruciais para a compreensão das dinâmicas de poder e das estruturas de dominação. Nesse sentido, o inimigo não é só uma figura física ou uma ameaça concreta, mas uma construção política para justificar opressão e violência de certos grupos sociais, inclusive sancionando a necropolítica, ou seja, o poder de decisão do estado sobre vidas passíveis de serem eliminadas. Já o estado de exceção, para Mbembe, é uma condição na qual as normas legais são suspensas em nome da emergência e/ou segurança nacionais. Seus aspectos incluem a ampliação do escopo de abrangência do Estado e a restrição de liberdades individuais em nome da ordem.

O MPLA tinha histórico de repreender dissidências internas com violência, mas a partir do 27 de Maio deslocou o modo como lidava com a questão, porque teve a oportunidade de imprimir um caráter oficialmente autoritário e disciplinador ao seu governo – papel antes ocupado de maneira incipiente pelo próprio Nito Alves¹⁹. A partir de então, o partido passou a exercer legitimamente um controle significativo sobre narrativas ideológicas e identitárias em Angola, promovendo uma visão da sociedade baseada em seus princípios. Isso só foi possível através da ameaça representada pela categoria abstrata de inimigo, a partir da qual o MPLA exerceu, na esteira da tentativa de golpe pelos nitistas, seu monopólio da violência estatal.

A unidade nacional era fundamental para a identidade angolana que o MPLA procurava promover. A divisão no interior do próprio MPLA o deixava frágil e lançava luz à ausência da almejada (e alegada) unidade, distribuída em *slogans* como ‘Angola de Cabinda ao Cunene’. O Estado tentava se consolidar como instrumento ideológico-identitário, atuando na construção da representação da sociedade e informando às pessoas como perceber o mundo ao seu redor. Isso importava para legitimar a posição do MPLA perante a população contra a UNITA no contexto da guerra civil, e ia ao encontro dos ideais comunistas da construção do *homem novo*, que reverberou na produção literária local.

Outro aspecto central da disputa entre Nito Alves e a cúpula do MPLA foi o papel da linguagem na construção da figura do *inimigo*. Como apontam Dulley e Sampaio (2020), a imbricação entre a dimensão linguística das categorias e as posições sociais historicamente situadas é fundamental para compreender os conflitos políticos em geral, e do conflito em Angola em particular, onde ocupar o lugar de quem dizia a *verdade* era central para o exercício do governo, assim como invalidar o argumento do ‘outro’ opositor. Isso é mais latente durante a guerra civil, quando imagens associadas ao passado colonial ou ao imperialismo ocidental deveriam ser ocupadas por este *outro*.

O MPLA estava no governo durante os acontecimentos de 1977 e permanece até hoje.

19 Nito Alves atuou na repressão de grupos de extrema-esquerda entre 1974-1976. Cf. Figueiredo (2017).

Controlou e ainda controla quais versões circulam, quais são mantidas sob suspeita e quais são legitimadas, buscando impedir lacunas que despertem o escrutínio, a rememoração ou a reinterpretção do episódio controverso no momento de consolidação do regime.

Não é possível afirmar se há um lado que conspirou contra o outro. E esse é ponto fundamental das teorias da conspiração, como argumentei. Contudo, algo que apre(e)ndi ao longo da pesquisa do mestrado é que uma antropologia histórica se faz ao acompanhar efeitos. Enquanto antropólogos, devemos explicitar possibilidades; não nos cabe dizer se acreditamos nas teorias angolanas, no 11 de setembro ou na magia dos Azande, mas descrever, relatar e dizer como uma determinada sociedade, num determinado momento, lidou com aquilo e o que foi produzido a partir de então.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ECOS DO PASSADO

À guisa de conclusão, reflito sobre o fazer e o refazer da história em Angola e as disputas sobre as memórias, os silêncios e os esquecimentos, apontando para os efeitos dos passados nos presentes. Os desdobramentos do 27 de Maio marcam a iteração da disputa iniciada antes de 1977. Como iteração, as disputas se atualizam, não mais em torno das concepções ideológicas e disputas políticas do contexto em que se deu o 27 de Maio, mas da (re)construção da memória das vítimas e das posições que hoje ocupam no contexto angolano.

As disputas em torno do 27 de Maio, de Nito Alves e dos anos posteriores continuam, percebidas pelos numerosos livros de testemunhos publicados nas últimas décadas. De um lado, há quem queira lembrar, falar, resistir e contestar a memória oficial imposta pelos que permanecem no poder; de outro, quem busca silenciar, reduzir ou apagar o episódio. Como observa Mello (2011), o silêncio é uma parte importante da pesquisa. Neste caso, sobretudo os silêncios impostos pelo processo de seleção e narrativa da(s) história(s). Diz o autor:

Se o passado é um campo de disputas, as mediações com os arquivos podem oferecer ferramentas para autorizar os discursos e versões do passado, além de fornecer subsídios que permitam estabelecer continuidades com o campo de disputas que se configura no presente (Mello, 2011, p. 191).

Mello (2011) propõe entender o arquivo não apenas como repositório do passado, mas como lugar ativo de produção de conhecimento, atravessado por relações de poder. Silenciamentos, lacunas e ausências são, para ele, constitutivos do arquivo. Trouillot (2016) mostra que presenças e omissões nas fontes resultam de disputas historiográficas, e não de

seleções neutras. Assim, arquivos e documentos deixam de ser instâncias estáticas e passam a ser compreendidos como espaços vivos, moldados por disputas. Verdadeiros campos etnográficos onde se produzem vestígios, narrativas e exclusões a serem interrogadas.

Por fim, se memórias (como histórias individuais) são construídas, como o passado é circunscrito? Como ele se fixa e atravessa gerações? Pollak (1992) identifica três elementos que possibilitam a identificação e a projeção de uma memória que se pretende coletiva: acontecimentos, personagens e lugares. O autor afirma que “[é] perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (Pollak, 1992, p. 202). O autor lembra os espaços das lutas políticas na construção da memória nacional, que é, no limite, objeto de disputa importante e constituinte de identificações. Acontecimentos, personagens e lugares à margem da história podem assumir o lugar de conspirações com facilidade.

Ao nos voltarmos para os desafios enfrentados pelo MPLA no pós-independência, criar um sentimento de identificação entre governo e povo figurava entre os mais importantes desses desafios, dada a diversidade de grupos que compunham as populações de Angola e que tensionavam a continuidade do MPLA no poder. Para tanto, memória, literatura, angolanidade e passado foram instrumentalizados a fim de construir uma narrativa sólida que confundiu a história de Angola com a do próprio MPLA.

O MPLA continua no poder, mantendo também a narrativa oficial a seu favor. Apenas em 2017, após afastamento de JES e assunção do cargo por João Lourenço, o partido decidiu pronunciar-se sobre o 27 de Maio e, em 2019, criou a Comissão para Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (CIVICOP). Desde então, novas disputas surgiram em torno da memória, das pessoas e dos movimentos e conciliação / invisibilização; novas instrumentalizações, cujos desdobramentos não podem ser previstos de antemão, como a articulação de legislações internacionais ou aparatos técnico-científicos modernos de DNA. Honrar memórias importa tanto quanto a instrumentalização das narrativas no sentido de produzir uma história do MPLA que ultrapasse o período do 27 de Maio.

Na medida em que os 50 anos de Angola independente se confundem com a história do MPLA, impõe-se a necessidade de o partido reposicionar sua atuação num dos episódios mais controversos e importantes para sua legitimação. No futuro, o passado ainda está por ser escrito.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Rafael Antunes. Notas para uma reflexão sobre as “teorias da conspiração”. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 23. p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.5615>. Acesso em: 17 maio 2025.
2. BAPTISTA, Alves Bernardo. [Nito Alves]. **MPLA - a revolução traída**: treze teses em minha defesa. Luanda: Elivulu, 2021.
3. BARKUN, Michael. **A culture of conspiracy**: apocalyptic visions in contemporary America. Berkley: University of California Press, 2003.
4. BENDER, Gerald. **Angola under the Portuguese**: the myth and the reality. Berkeley: University of California Press, 1978.
5. BITTENCOURT, Marcelo. **Dos jornais às armas**: trajetórias da contestação angolana. Lisboa: Vega, 1999.
6. CARREIRA, Iko. **O pensamento estratégico de Agostinho Neto**. Lisboa: Dom Quixote, 1996.
7. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, n. 10, v. 2, p. 287-322, 2004.
8. DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Evanston: Northwestern University Press, 1988.
9. DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
10. DULLEY, Iracema. A historiografia sobre a ‘conversão’ nas colônias portuguesas na África e a trajetória de Jesse Chiula Chipenda. *África*, São Paulo, n. 35, p. 57-86, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i35p57-86>. Acesso em: 17 maio 2025.
11. DULLEY, Iracema; SAMPAIO, Luisa Tui. Accusation and Legitimacy in the Civil War in Angola. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Florianópolis, v. 17, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43412020v17a355>. Acesso em: 17 maio 2025.
12. EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
13. FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. Encontros etnográficos com papéis e outros registros burocráticos: possibilidades analíticas e desafios metodológicos. In: FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura (org.). **Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 5-16.
14. FIGUEIREDO, Leonor. **O Fim da Extrema-Esquerda em Angola** - Como o MPLA dizimou os Comitês Amílcar Cabral e a OCA (1974-1980). Lisboa: Guerra e Paz, 2017.
15. FRANCISCO, Miguel. **Nuvem negra**: o drama do 27 de maio de 1977. Lisboa: Clássica Editora, 2007.
16. GEORGE, Edward. **The Cuban Intervention in Angola**: From Che Guevara to Cuito

- Cuanavale. Londres: Routledge, 2005.
17. GIRARD, René. **O bode expiatório**. São Paulo: Paulus, 2004.
 18. HELLINGER, Daniel. Paranoia, conspiracy, and hegemony in American politics. *In*: WEST, Harry; SANDERS, Todd (ed.). **Transparency and Conspiracy: ethnographies of suspicion in the New World Order**. Durhan: Duke University Press, 2003. p. 204-232.
 19. HUGHES, Geoffrey; MEHTTA, Megnaa; BRESCIANI, Chiara; COOK, James. Introduction. Ugly Emotions and the Politics of Accusation. **The Cambridge Journal of Anthropology**, [s. l.], v. 37, n. 2, p.1-20, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/cja.2019.370202>. Acesso em: 17 maio 2025.
 20. KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**. Das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
 21. LEIRIA, Luís. Perfil: José Eduardo dos Santos, o déspota discreto. **Esquerda.net**, 2013. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/perfil-jose-eduardo-dos-santos-o-despota-d-iscreto/65491>. Acesso em: 18 abr. 2023.
 22. LEIRNER, Piero. A formação do Estado numa perspectiva antropológica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32. p. 194-200, 2003.
 23. LEIRNER, Piero. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**. São Paulo: Alameda, 2020.
 24. LÉVI-STRAUSS. Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. *In*: MAUSS, Marcel **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 11-46.
 25. MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. **Memórias de um golpe: o 27 de maio de 1977 em Angola**. 2012 Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
 26. MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Purga em Angola: o 27 de Maio de 1977**. Lisboa: Edições Asa, 2007.
 27. MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.
 28. MBEMBE, Achille. The Power of the Archive and its Limits. *In*: HAMILTON, Carolyn; HARRIS, Verne; TAYLOR, Jane; PICKOVER, Michele; REID, Graeme; SALEH, Razia (org.). **Refiguring the archive**. London: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 19-26.
 29. MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 17 maio 2025.
 30. MELLO, Marcelo Moura. Visões do campo sobre o arquivo (e vice-versa). *In*: FERIANI, Daniela; CUNHA, Flávia; DULLEY, Iracema (org.). **Etnografia, etnografias: ensaios sobre a diversidade do fazer antropológico**. São Paulo: Annablume, 2011. p. 189-200.
 31. MENEZES, Hugo Azancot de. **Percursos da luta de libertação nacional**. Viagem ao interior do MPLA. Memórias pessoais. Lisboa: Nova Vega, 2017.

32. MESSIANT, Christine. **L'Angola colonial, histoire et société**. Les prémisses du mouvement nationaliste. Basel: P. Schlettwein Publishing, 2006.
33. MESSIANT, Christine. **L'Angola postcolonial**. vol. I e II. Paris: Karthala, 2008.
34. MILHAZES, José. **Golpe Nito Alves e outros momentos da história de Angola vistos do Kremlin**. Lisboa: Alêtheia, 2013.
35. MILHAZES, José. **Angola, o princípio do fim da União Soviética**. Lisboa: Nova Vega, 2014.
36. MORRIS, Rosalind. Allegories and algorithms of the purge: thinking with James Siegel, once again. **Indonesia**, [s. l.], n. 118, p. 41-66, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/ind.2024.a945025>. Acesso em: 17 maio 2025.
37. MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. **Angola: a tentativa de golpe de Estado de 27 de Maio de 1977**. (Informação do Bureau Político do MPLA, 12 de Julho de 1977). Lisboa: Edições Avante!, 1977.
38. NASCIMENTO, Washington Santos. **Gentes do mato: os novos assimilados em Luanda (1926-1961)**. 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
39. OLIVEIRA, Ariel Rolim. **Angola em guerras: Jonas Savimbi e as linguagens da nação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
40. OLIVEIRA, Ariel Rolim. **Dissensões do universal: itinerários da imaginação popular em Angola**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
41. PACHECO, Carlos. **MPLA: um nascimento polémico (as falsificações da história)**. Lisboa: Vega, 1997.
42. PAREDES, Margarida Isabel Botelho Falcão. **Mulheres na luta armada em Angola: memória, cultura e emancipação**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014.
43. PAWSON, Lara. **In the name of the People: Angola's forgotten massacre**. Londres: IB Tauris, 2014.
44. PINTO, Nalayne. A construção do inimigo: considerações sobre a legislação penal brasileira. **Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 12, n. 22-23, p. 49-66, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/711/0> <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/711/0>. Acesso em: 17 maio 2025.
45. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
46. PORTELLA, Cristina; LEIRIA, Luis. Cuba e União Soviética em Angola: 1977. **Revista Outubro**, [s. l.], n. 32, p. 181-210, 2019. Disponível em: <https://outubrorevista.com.br/>

- wp-content/uploads/2019/09/08_Portella-e-Leiria-2.pdf. Acesso em: 17 maio 2025.
47. REIS, José. **Angola - O 27 de Maio**, memórias de um sobrevivente. Lisboa: Nova Vega, 2017.
 48. REIS, José. **Angola - O 27 de Maio**. A história por contar. Lisboa: Nova Vega, 2018.
 49. SANDERS, Todd; WEST, Harry. Power revealed and concealed in the New World Order. *In*: WEST, Harry; SANDERS, Todd (ed.). **Transparency and Conspiracy**: ethnographies of suspicion in the New World Order. Durhan: Duke University Press, 2003. p. 1-37.
 50. SANTANDER, Marcela. **Nito Alves, o herói inimigo**: acusação e diferenciação em Angola pós-independência. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.
 51. SCHUBERT, Jon. **Working the system**: a political ethnography of the new Angola. Ithaca: Cornell University Press, 2017.
 52. STOLER, Ann Laura. Colonial archives and the arts of governance. **Archival Science**, [s. l.], n. 2. p. 87-109, 2002.
 53. STOLER, Ann Laura. **Along the archival grain**: epistemic anxieties and colonial common sense. Princeton: Princeton University Press, 2010.
 54. TALI, Jean-Michel Mabeko. **Dissidências e poder de estado** - o MPLA perante si próprio (1962-1977): ensaio de história política. vol. I e II. Luanda: Nzila, 2001.
 55. TALI, Jean-Michel Mabeko. **Rótulos atribuídos, rótulos assumidos** - Memórias e identidades políticas em Angola. Lisboa: Guerra e Paz, 2023.
 56. TANCREDI, Letícia Di Maio. Estados Unidos, China e Rússia: do triângulo amoroso ao casamento estável. **Hoplos**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 9-28, 2018.
 57. THOMAZ, Omar Ribeiro. O bom povo português. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1. p.55-87, 2001.
 58. WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2009.

Marcela Santander

Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4974-556X>. E-mail: mazzinha@gmail.com